



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

14 de dezembro de 2022

Ata da Ducentésima Septuagésima Nona Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia catorze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Léo Barbosa, Olyntho Neto e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os **Expedientes**: Mensagem número 94/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 37, de 8 de dezembro de 2022, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, com garantia e dá outras providências”; Mensagem número 96/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 38, de 12 de dezembro de 2022, que “institui o Fundo Clima do Estado do Tocantins – FunClima, e adota outras providências”; Mensagem número 97/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei, que “institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (Pepsa) do Tocantins, e adota outras providências; Mensagem número 98/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhado o Projeto de Lei número 40, de 14 de dezembro de 2022, que “institui o Plano Estadual de Cultura do Tocantins – PEC/TO, e adota outras providências”; Ofício número 41/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, solicitando a retirada da Proposta de Emenda Constitucional número 2/2022, que estabelece regras para o Regimento Próprio de Previdência Social



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS/TO, nos termos da Emenda Constitucional Federal número 13, de 12 de dezembro de 2019, justificando-se o pedido na necessidade de aperfeiçoar a matéria; Ofício 2/2022, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE, encaminhando o Projeto de Lei número 4/2022, que “altera dispositivos à Lei número 2.926, de 3 de dezembro de 2014 que dispõe sobre a política de indenização pelo exercício de funções de controle externo e administrativo ou de representação, de caráter temporário ou eventual por membros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e adota outras providências”; Ofício número 327/2022, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 5/2022, que “altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Ofício de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que requer ao Senhor Presidente desta Casa de Leis a retirada de tramitação do Projeto de Lei número 776, de 7 de dezembro de 2022, que “dispõe sobre a revogação da Lei número 1.959, de 14 de agosto de 2008”; Ofício oriundo da Secretaria da Cultura e Turismo, encaminhando anexo com a relação dos Termos de Convênios/Colaboração, oriundos de Emendas Parlamentares, celebrados entre Municípios



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

tocantinenses; Ofícios oriundos da Secretaria Executiva da Governadoria, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Antonio Andrade, Elenil da Penha, Gutierrez Torquato, Léo Barbosa, Professor Júnior Geo e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Vanda Monteiro; Ofícios oriundos da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a celebração de termos de convênios com diversas Prefeituras, com recursos oriundos de emendas parlamentares; Ofício de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, informando que foi deliberado na Reunião da Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, que as Reuniões Ordinárias acontecerão às oito horas das quintas-feiras; e Ofício oriundo da Secretaria da Educação, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Na **Apresentação de Matérias**, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 777/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 778/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 1.379 a 1.395. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números: 1.386, 1.387, 1.388, 1.389 e 1.390, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Ivory de Lira. **Em seguida**, o



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até dois minutos, reabrindo-a às dezessete horas e dezenove minutos. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 33/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – Bird, com a garantia da União, e dá outras providências”; 34/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., com a garantia da União e dá outras providências”; os quais, votados, foram aprovados com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 15/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.385, de 9 de julho de 2003, que institui o Programa de Industrialização Direcionada – Proindústria, e adota outras providências”; 19/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Mecanismo Estadual de Combate à Tortura – MEPCT, e adota outras providências”; 36/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, com garantia da União e dá outras providências”; 19/2022, de



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução número 358, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a atribuição dos cargos de provimento em comissão da Mesa Diretora, Lideranças, Comissões Permanentes e Gabinete dos Deputados e dá outras providências”; 9/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, Medalha Mérito Segurança Pública do Tocantins e dá outras providências”; 15/2022, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre Sessão Solene para comemoração a data oficial de fundação da Loja Grande Oriente do Brasil”; 19/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “concede atendimento prioritário às mulheres em caso de violência doméstica e familiar nas Delegacias da Polícia Civil no Estado do Tocantins”; 659/2022, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Donizeti Nogueira”; 687/2022, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho de Ministros e Pastores – Compas, com sede no município de Porto Nacional-TO”; 774/2022, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Pedro Geraldo Cunha de Aguiar”; 610/2022, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública, e dá outras providências”; 497/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção da informação do tipo sanguíneo e do fator Rh na emissão da Declaração de Nascido Vivo (DNV) a ser expedido por hospitais e maternidades públicas e particulares do Estado Tocantins”; 621/2022, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “dispõe sobre alteração do nome do Hospital de Referência de Dianópolis para Hospital de Referência Dr. Jaiminho no município de Dianópolis-TO e dá outras providências”; 257/2019, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, anexados aos Projetos de Lei números 295/2019, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes e 623/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a prioridade para atendimento e emissão de laudos pelo Instituto Médico Legal-IML, às vítimas de violência doméstica e familiar e dá outras providências, no âmbito do Estado do Tocantins”; 513/2021, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “institui a Semana Estadual do Educador Tocantinense”; 703/2022, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Desportiva de Bolonismo em Defesa do Meio Ambiente e Produção, Associadas do Desenvolvimento Sustentável Social e Turismo do



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Estado do Tocantins – STBTur; 338/2021, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “institui a política de transição de acolhimento para auxiliar as crianças e adolescentes acolhidos em orfanidades”; 626/2022, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dá nome à Escola Estadual Padrão de Tempo Integral de Araguaína-TO, no setor de Nova Araguaína, em regime de urgência”; 666/2022, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Valdriam Cassimiro da Rocha Silva”; 607/2022, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “torna obrigatória a disponibilização de cadeiras adaptadas em estabelecimentos de ensino no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 211/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, anexado ao Projeto de Lei 451/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a campanha de combate aos golpes financeiros praticados contra idosos”; 347/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de deficiência ou doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas, no Estado do Tocantins”; 342/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Política Pública de Recuperação e Reeducação de Autores de Violência Doméstica e



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Familiar contra a Mulher, e dá providências correlatas”; 421/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui o Dia Estadual de Combate ao Assédio Sexual contra Mulheres no ambiente de Trabalho”; 167/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, anexado ao Projeto de Lei número 267/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre o registro de ocorrência e o pedido de medida protetiva de urgência relativos a ato de violência doméstica e familiar contra a mulher durante o Estado de Calamidade Pública em decorrência de Pandemia de Covid-19, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 178/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Programa Estadual de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres, e dá outras providências”; 447/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “altera a Lei número 3.709 de 28 de julho de 2020”; 139/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a proibição de inquirir sobre a religião e a orientação sexual de candidatos, em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins”; 156/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação e informativos sobre Direitos da Pessoa Idosa nos ônibus, repartições públicas estaduais, hospitais,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

agências bancárias e casas lotéricas, bem como Disk 100, para denúncias sobre violência contra a pessoa idosa”; 739/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “estabelece reserva de vaga para irmãos no mesmo estabelecimento escolar”; 763/2022, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Desembargadora Ângela Issa Haonat”; 235/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, apensado aos Projetos de Lei números 255/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, e 599/2020, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 434/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre o desligamento do programa de acolhimento institucional para maiores de dezoito anos, durante situação de emergência ou Estado de Calamidade Pública no Estado do Tocantins”; 749/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Mestre Augusto de Rezende Campos”; 584/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “atribui nome da Escola Estadual de Tempo Integral de Professor José Aires Gomes”; 641/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “institui, no âmbito do Estado do Tocantins, as diretrizes para a



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista-TEA – (Peptea); 712/2022, anexado ao Projeto de Lei número 709/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Exmo. Senhor Lázaro Botelho Martins”; 655/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “institui a “Semana Estadual de Sensibilização e Defesa dos Direitos dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais”, a ser desenvolvida anualmente na terceira semana do mês de maio”; 715/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Reverendíssimo Senhor Padre Bruno Rodrigues”; 326/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “assegura o direito à Pessoa com deficiência auditiva ou de afonia, à capacidade plena e independente de acionarem os canais de emergência no âmbito do Estado do Tocantins”; 190/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “torna obrigatória a fixação da relação dos direitos da Criança e do Adolescente hospitalizados, de seus pais e acompanhantes, em estabelecimentos hospitalares do Estado do Tocantins”; 657/2022, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “altera a Lei Estadual número 2.857, de 25 de abril de 2014, que declara de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Utilidade Pública Estadual a Associação em Defesa Contra a Fome do Tocantins”; 677/2022, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Casa Espírita de Oração B. M. Cavalcante”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Logo após, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação dos Requerimentos constantes da Ordem do Dia para a Sessão subsequente. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 1.396, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder de Governo, que requer dispensa de todos os interstícios e formalidades regimentais nos termos dos arts. 72 e 133, para a convocação de Sessões Extraordinárias, para discussão e votação das matérias referentes aos Projetos de Lei números 15/2022, 19/2022, 33/2022, 34/2022, 36/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado; Projetos de Resolução números 9/2021, 15/2022, 19/2022; Projetos de Lei de autoria dos Senhores Deputados números 139/2019, 156/2019, 186/2019, 235/2020 (anexado 255/2020, 599/2022) 434/2021, 326/2021, 584/2022, 641/2022, 655/2022, 657/2022, 677/2022, 712/2022 (anexado ao PL 709/2022) 715/2022, 736/2022, 749/2022, 763/2022, o qual foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente avocou os Projetos de Lei números 750/2022, de autoria do Senhor Antonio Andrade;



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

684 e 722/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 770 e 771/2022, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e 732/2022, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana; para inclusão na Ordem do Dia da Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e um minuto, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário